

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

(AUDIÊNCIA PÚBLICA)

REQUERIMENTO Nº DE 2007

(DO SR. ADÃO PRETTO)

Solicita que sejam convidados a Sra. Maria Cristina Gonzaga , Pesquisadora e Técnica da Divisão de Ergonomia da Fundacentro, do Ministério do Trabalho, a Sra. Maria Aparecida de Moraes Silva, Professora, Pesquisadora do CNPQ e Socióloga, e a Sra. Cândida da Costa, Relatora Nacional de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais para debater a questão dos trabalhadores rurais envolvidos no cultivo da cana de açúcar.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvindo o plenário desta Comissão, que sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a Sra. Maria Cristina Gonzaga, Pesquisadora e Técnica da Divisão de Ergonomia da Fundacentro, do Ministério do Trabalho da Sra. Maria Aparecida de Moraes Silva, Professora, Pesquisadora do CNPQ e Socióloga, a Sra. Cândida da Costa, Relatora Nacional de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais para debater a questão dos trabalhadores rurais envolvidos no cultivo da cana de açúcar.

JUSTIFICAÇÃO

Sr. Presidente, no cultivo da cana de açúcar sempre esteve envolvida a situação degradante dos trabalhadores que executam o corte com inúmeras denúncias das condições de trabalho dos mesmos. Nos Estados do Nordeste, os intermediários, mais conhecidos como “gatos”, anunciam oportunidades de trabalho no interior do Estado de São Paulo com bom salário, alimentação e alojamento de graça. Iludidos pelo “gato” aceitam as propostas para cortar cana. Quando chegam nas lavouras ocorre o contrário, além de não ter na maioria das vezes as mínimas

condições de trabalho e ser cobrados pelos equipamentos quando estes são fornecidos, a comida é cobrada, e na maioria das vezes o trabalhador fica devendo para os proprietários. Nos últimos tempos surgiram notícias sobre o número de mortes dos cortadores de cana. O diagnóstico das mortes é de acidente cardiovascular cerebral e parada cardiovascular. Porém, muitos documentos e pesquisas sustentam que o trabalho exaustivo, as condições precárias de trabalho, além do efeito dos produtos usados para acelerar o amadurecimento do plantio podem levar a morte.

Segundo pesquisas da Fundacentro, desde 2004 ocorreram em São Paulo 13 mortes de canavieiros em plena atividade.

Atualmente com o debate do aquecimento global e seus efeitos nocivos ao planeta, surge a necessidade de encontrar outros combustíveis, e neste sentido, a produção de etanol de cana ocupa destaque pelo baixo custo de produção. Existe interesse tanto de empresas nacionais com o internacionais em ampliar a área de plantio de cana no Brasil. Hoje plantamos 6 milhões de hectares, as notícias são que nos próximos anos teremos no mínimo mais 6 milhões. O impacto será de grandes dimensões. No entanto, hoje o debate somente prioriza o plantio e a produção, a situação dos trabalhadores rurais fica em segundo plano. No dia 2 de julho, o Ministério do Trabalho flagrou 1.108 cortadores de cana submetidos a condições degradantes de trabalho em uma propriedade no Estado do Pará. A fiscalização encontrou esgoto sendo despejado na represa usada pelos trabalhadores para lavar roupa e tomar banho, faltam banheiros e espaço adequado para a alimentação nos locais de trabalho.

Esta audiência é um momento importante para debater as condições de trabalho dos trabalhadores no cultivo da cana, que se amplia rapidamente sendo que os direitos são relegados a segundo plano.

DEPUTADO ADÃO PRETTO PT/RS